

# CONTEXTO JURÍDICO

## Supremo derruba pensão a dependentes de prefeitos falecidos durante mandato em Mucurici (ES)

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de leis do Município de Mucurici (ES) que concediam pensão vitalícia a dependentes de prefeitos e vice-prefeitos falecidos no exercício do mandato.

Em sessão virtual, o colegiado julgou procedente o pedido formulado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 783.

O relator, ministro Dias Toffoli, explicou que, no entendimento do STF, o pagamento de pensão especial a ex-detentor de cargo público e a seus dependentes contraria a Constituição Federal, porque esse benefício é incompatível com a sistemática previdenciária constitucional e

com os princípios republicano e da igualdade.

**Tratamento privilegiado** - Em seu voto, o relator lembrou que o STF já julgou inconstitucionais leis que concediam pensão vitalícia a prefeitos e governadores e a seus dependentes, porque esse tratamento diferenciado e privilegiado não tem fundamento jurídico razoável e gera ônus aos cofres públicos, em favor de quem não exerce função pública ou presta serviço à administração. No caso de Mucurici, o Plenário declarou que as Leis municipais 67/1977, 8/1979 e 105/1980 não foram recepcionadas pela Constituição de 1988 e modulou os efeitos da decisão, a fim de afastar a devolução dos valores pagos até a data da publicação da ata do julgamento da ADPF.

## CNJ lança o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) inaugurou, sexta-feira (31), o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer). Participaram da cerimônia, entre outras autoridades do Judiciário e do Executivo, a presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, e a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Instituído pela Resolução 490/2023 do CNJ para ser um espaço permanente de debates e acompanhamento da questão racial no Poder Judiciário, o Fonaer será responsável por modernizar rotinas, especializar os órgãos com a temática racial, realizar encontros que

permitam a proximidade com a sociedade civil, a comunidade acadêmica e outros segmentos, assim como levantar informações e estudos que possam subsidiar a criação de políticas públicas nessa área.

A ministra Rosa Weber destacou que a iniciativa busca o aperfeiçoamento do sistema de Justiça por meio do programa de equidade racial do Poder Judiciário, mediante ações concretas contra a desigualdade racial. “A relevante medida visa ainda implementar as ações previstas no Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.288/2010, e alinha-se, ademais, à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável”, afirmou a ministra.

## STJ e STF avançam na cooperação para reduzir atuação repetitiva

Iniciado em 2021, o processo de cooperação entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) para reduzir a atuação repetitiva nas duas cortes, mediante a identificação de questões aptas à formação de precedentes qualificados, criou um espaço de interlocução que possibilitou o recebimento de metadados pelo STF no formato estruturado no âmbito do STJ. Resultado da permanente interlocução entre as equipes técnicas, o STJ passou a compartilhar com

o STF dados mais detalhados relativos às peças processuais dos recursos encaminhados em meio eletrônico. Tais dados são extremamente valiosos, pois se referem às peças produzidas durante a tramitação dos processos no STJ, a exemplo da indicação do início e do término das peças eletrônicas referentes aos principais atos do processo, assim como da nomenclatura das peças. A possibilidade de aproveitar a indexação feita pelo STJ dá celeridade e eficiência aos trabalhos das unidades do STF.

## STF mantém punições a fraudes em candidaturas femininas nas eleições

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve dispositivos de leis eleitorais que tratam das punições em caso de fraude a cotas de gênero, ação afirmativa de promoção e fomento à inclusão feminina na política. A decisão se deu, na sessão virtual finalizada em 31/3, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6338, apresentada pelo partido Solidariedade.

**Restrição** - A sigla alegava que o TSE, ao interpretar a Lei das Eleições (artigo 10, parágrafo 3º, da Lei 9.504/1997) e a Lei de Inelegibilidade (artigo 22, inciso XIV, da Lei Complementar 64/1990), definiu que todas as candidaturas beneficiadas pela fraude devem ser cassadas. A pretensão do partido era que o STF restringisse a cassação apenas aos responsáveis pela prática abusiva, além da punição do partido, isentando as candidatas e os candidatos eleitos que não tenham contribuído ou consentido com ela.

**Isonomia de gênero** - Em seu voto pela improcedência do pedido, a relatora, ministra Rosa Weber (presidente do STF), apontou que o dispositivo da Lei das Eleições visa coibir a discriminação contra as mulheres e estimular a cidadania e o pluralismo político. A norma obriga os partidos a fomentar a participação feminina na política fora do período eleitoral, concretizando o princípio da isonomia de gênero.



Em seu voto pela improcedência do pedido, a relatora, ministra Rosa Weber (presidente do STF), apontou que o dispositivo da Lei das Eleições visa coibir a discriminação contra as mulheres e estimular a cidadania e o pluralismo político.

**Vontade do eleitorado** - A ministra explicou que a fraude consiste no lançamento fictício de candidaturas femininas (“laranjas”) somente para preencher o mínimo de 30%, sem atos de campanha e arrecadação de recursos. Esse expediente permite aos partidos lançar maior número de candidatos homens e incrementar o quociente partidário e, consequentemente, o número de cadeiras alcançadas. Para a presidente do STF, a prática viola a cidadania, o pluralismo político e a isonomia, além

de ter efeito drástico na legitimidade, na normalidade e na lisura das eleições e na formação da vontade do eleitorado. Ela ressaltou que o cumprimento efetivo da lei, caso haja poucas candidaturas de mulheres, exige a redução da quantidade de candidaturas masculinas até o percentual legal.

**Desequilíbrio** - Segundo a ministra Rosa, esse tipo de expediente também gera grave desequilíbrio na disputa, uma vez que os fraudadores registram mais candidaturas do que o admitido

em lei, enquanto partidos que seguem as regras do jogo democrático precisam incentivar a participação feminina na política e, em último caso, lançar menos candidatos. Para a ministra, se fosse atender ao pedido formulado pelo Solidariedade, a decisão da Corte teria como efeito direto o incentivo ao descumprimento da cota de gênero, já que seriam punidos somente quem participou efetivamente da empreitada fraudulenta, ao passo que todos os demais beneficiados continuariam incólumes.

## STF reinclui contribuintes considerados inadimplentes no Refis

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a reinclusão de contribuintes que haviam sido excluídos do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) nos casos em que os valores recolhidos sejam insuficientes para amortizar a dívida – situação que ficou conhecida como “parcelas ínfimas ou impagáveis”. Ao conceder medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 77, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o ministro considerou que não cabe a exclusão de contribuintes que, desde a adesão ao parcelamento, vêm realizando os pagamentos nos percentuais estipulados no programa.

**Contestações** - A OAB questiona um parecer de 2013



Segundo o ministro Ricardo Lewandowski, a exclusão em razão de parcelas ínfimas viola princípios constitucionais.

da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que considerava inválidos os pa-

gamentos quando os valores recolhidos pelos contribuintes de acordo com o critério legal

(porcentagem da receita bruta) forem insuficientes para amortizar suas dívidas.

# PUBLICIDADE LEGAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 02/23**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, com base na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações torna público aos interessados que se encontra aberta a Concorrência Eletrônica nº. 02/23 que cuida da contratação de empresa especializada para elaboração de Estudo Preliminar Arquitetônico e Urbanístico, dos equipamentos públicos a serem implantados nos imóveis das Matrículas nº 46.319.007.001 e nº 46.111.044.001, áreas desapropriadas pela Prefeitura Municipal de Taubaté para uso educacional, com destinação às atividades de fomento à Educação Integral, incorporando as atividades e espaços para atividades culturais e de esporte, denominado Complexo Educacional Cidade da Criança, com vencimento às 09:00h do dia 17/05/23. O Edital completo encontra-se disponível no Departamento de Compras, no horário das 08h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, podendo ser adquirido mediante recibo original de depósito do Banco Santander, Agência 0056 Conta Corrente nº. 45000273-2, no valor de R\$ 75,30 (Setenta e Cinco Reais e Trinta Centavos) cada edital ou gratuitamente no site desta Prefeitura [www.taubate.sp.gov.br](http://www.taubate.sp.gov.br) e na plataforma [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br).

P.M.T., aos 04/04/23

**PROFA. VERA LÚCIA SCORTECCI HILST**  
**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**

**ESPECIALISTAS EM PUBLICIDADE LEGAL**

Publicação de avisos, balanços, relatórios e outros comunicados necessários para o cumprimento da lei.

FAST SHOP S.A. - CNPJ nº 43.708.379/0001-00			
Demonstrações Financeiras			
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em R\$ milhares)			
	2022	2021	
<b>ATIVO</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.487	7.306	
Contas a Receber	280.276	259.020	
Estoques	457.480	599.851	
Impostos e Contribuições a Recuperar (1)	686.881	396.385	
Adiantamentos	4.224	2.462	
Despesas Antecipadas	1.685	1.873	
Outros Créditos	279.465	632	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.779.498</b>	<b>1.267.529</b>	
Imp. de renda e contr. soc. diferidos	391	-	
Impostos e Contribuições a Recuperar (1)	115.808	545.738	
Partes Relacionadas	131.663	91.715	
Depósitos Judiciais	114.481	27.950	
Investimentos	3.834	553	
Direito de uso	131.663	46.819	
Imobilizado	154.368	139.065	
Intangível	77.021	59.298	
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>729.229</b>	<b>911.128</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.508.727</b>	<b>2.178.657</b>	
<b>PASSIVO</b>			
Fornecedores	887.428	697.806	
Financiamento - Risco Sacado	200.619	484.388	
Empréstimos (3)	172.353	107.233	
Passivo de arrendamento	28.969	15.806	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	53.810	72.273	
Aluguéis a pagar	6.208	11.347	
Obrigações tributárias	33.306	20.356	
Dividendos estatutários	-	17.358	
Adiantamentos e devoluções de clientes	37.434	26.977	
Garantia estendida	8.477	26.521	
Vendas para entregas futuras	36.548	52.212	
Provisões contas a pagar	246.420	41.434	
Outras Obrigações	18.968	35.948	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.730.539</b>	<b>1.609.839</b>	
Aluguéis a pagar	1.306	1.480	
Empréstimos (3)	100.000	-	
Passivo de arrendamento	114.129	39.177	
Imposto de renda e contr. soc. diferidos	-	34.292	
Provisão para riscos tribut., cíveis e trab.	44.270	32.781	
Parcelamento Tributário	1.782	1.752	
Outras Obrigações	4.400	-	
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>265.977</b>	<b>109.482</b>	
Capital Social	208.820	208.820	
Reserva especial de dividendos	7.000	-	
Reservas de Lucros	296.391	250.516	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>512.211</b>	<b>459.336</b>	
<b>Total do Passivo e PL</b>	<b>2.508.727</b>	<b>2.178.657</b>	
(1) Saldo corresponde a Créditos homologados dos anos de out/2016 a dez/2021, os quais estão destinados a venda para parceiros, dentro dos próximos 12 meses; Créditos homologados referente período nov/2016 a dez/2021 a CAT 150 que possui estimativa de consumo os últimos 12 meses; apuração do ICMS-ST de SP, formado pela homologação de créditos via CAT83, devido ao pagamento indevido de ICMS-ST do período de 2020 e 2021; decisão judicial favorável referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, e outros eventos; (2) Valores oriundos da homologação em 2021 e 2022 dos créditos tributários referente à CAT42 (diferença de margem) e CAT83 (crédito indevidamente pago); (3) Em 24 de março de 2022, a Companhia captou empréstimo junto ao banco BTG Pactual, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando R\$ 70.000 (setenta milhões de reais); Em 25 de março de 2022, captou empréstimos junto ao banco Bradesco, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando R\$ 100.000 (Cem milhões de reais), correspondente a 2ª emissão, sendo 100.00 (cem mil) notas comerciais, totalizando R\$ 100.000 (cem milhões de reais), correspondente a 1ª emissão, sendo 100.00 (cem mil) notas comerciais; Em 21 de dezembro de 2022, captou empréstimo junto ao banco Bradesco, por meio de notas promissórias, totalizando R\$ 100.000 (Cem milhões de reais), correspondente a 2ª emissão, sendo 100.00 (cem mil) notas comerciais.			
<b>A Diretoria - Contador: Rogério Cinti Gonzales - CRC 1SP159693</b>			
As Demonstrações Financeiras completas, contendo Notas Explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, com parecer de Auditoria Externa emitido Sem Ressalvas.			
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em R\$ milhares)			
	2022	2021	
Receita Operacional Líquida	5.134.019	4.032.822	
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(4.039.879)	(3.142.868)	
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.094.140</b>	<b>889.954</b>	
Receitas (Despesas) Operacionais	(595.840)	(429.799)	
Vendas	(303.332)	(399.961)	
Gerais e Administrativas	(83.607)	(66.038)	
Depreciações e Amortizações	(4.437)	(1.573)	
Perda no recebimento do crédito	163.078	171.585	
Outras Receitas (Despesas), Líquidas (2)	(819)	(649)	
Equivalência patrimonial	(830.957)	(726.455)	
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>(830.957)</b>	<b>(726.455)</b>	
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>	<b>263.183</b>	<b>163.500</b>	
Receitas Financeiras	27.741	18.809	
Despesas Financeiras	(255.755)	(125.111)	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(228.014)</b>	<b>(106.302)</b>	
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IR/CSLL</b>	<b>35.169</b>	<b>57.197</b>	
Imposto de Renda e Contrib. Social	17.705	53.699	
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>52.874</b>	<b>110.896</b>	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em R\$ milhares)			
	Capital Social	Lucro/Prej. Acumulado	Total
<b>Saldo em 31/12/20</b>	<b>150.000</b>	<b>-</b>	<b>463.062</b>
Aumento de Capital	58.820	-	-
Lucro líquido do exercício	-	110.896	110.896
Reserva legal	-	(5.545)	(5.545)
Dividendos estatutários	-	(9.621)	(9.621)
Dividendos adicionais	-	(105.000)	(105.000)
Reserva de lucros	-	(28.863)	(28.863)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(66.867)	(66.867)
<b>Saldo em 31/12/21</b>	<b>208.820</b>	<b>-</b>	<b>459.336</b>
Lucro líquido do exercício	-	52.874	52.874
Reserva legal	-	(2.644)	(2.644)
Dividendos adicionais	-	-	-
Reserva de lucros	-	(50.230)	(50.230)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/22</b>	<b>208.820</b>	<b>-</b>	<b>512.211</b>
de 2020 e 2021; decisão judicial favorável referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, e outros eventos; (2) Valores oriundos da homologação em 2021 e 2022 dos créditos tributários referente à CAT42 (diferença de margem) e CAT83 (crédito indevidamente pago); (3) Em 24 de março de 2022, a Companhia captou empréstimo junto ao banco BTG Pactual, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando R\$ 70.000 (setenta milhões de reais); Em 25 de março de 2022, captou empréstimos junto ao banco Bradesco, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando R\$ 100.000 (Cem milhões de reais), correspondente a 2ª emissão, sendo 100.00 (cem mil) notas comerciais, totalizando R\$ 100.000 (cem milhões de reais), correspondente a 1ª emissão, sendo 100.00 (cem mil) notas comerciais; Em 21 de dezembro de 2022, captou empréstimo junto ao banco Bradesco, por meio de notas promissórias, totalizando R\$ 100.000 (Cem milhões de reais), correspondente a 2ª emissão, sendo 100.00 (cem mil) notas comerciais.			
<b>A Diretoria - Contador: Rogério Cinti Gonzales - CRC 1SP159693</b>			
As Demonstrações Financeiras completas, contendo Notas Explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, com parecer de Auditoria Externa emitido Sem Ressalvas.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro (R\$ milhares)			
	2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	52.874	110.896	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>52.874</b>	<b>110.896</b>	
Encargos sobre arrendamento mercantil	11.292	5.847	
Encargos sobre aluguéis	487	240	
Descontos obtidos sobre arrend. COVID-19	819	649	
Crédito de recuperações extemporâneas	(243.926)	(159.821)	
Depreciação e amortização	46.478	39.160	
Amortização de direito de uso	37.129	26.878	
Baixas do ativo imobilizado e intangível	1.120	75	
Baixas do direito de uso	25	-	
AVP contatos a receber, estoques e fornecedores	5.408	6.905	
Juros incorridos entre partes relacionadas	(11.375)	(8.980)	
Juros sobre empréstimos	22.542	5.352	
Juros sobre risco sacado	63.784	34.242	
Atualização monetária sobre contingências trib.	382	520	
Reversão impostos de renda e contrib. social	(17.705)	(53.699)	
Provisão (Reversão) para participação nos lucros	(20.077)	7.882	
Provisão (Reversão) p/ cred. liquidação duvidosa	(460)	692	
Provisão (Reversão) p/ riscos tribut., cíveis e trab.	14.935	(6.541)	
Provisão (Reversão) p/ giro lento e mg negativa	5.012	(5.743)	
	<b>(31.301)</b>	<b>3.432</b>	
Contas a receber	(29.357)	4.324	
Estoques	136.835	(8.243)	
Impostos e contribuições a recuperar	119.549	(38.167)	
Outros ativos operacionais	101.528	(10.528)	
Partes Relacionadas	(28.573)	101.315	
Fornecedores	193.301	(119.108)	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.614	2.319	
Aluguéis a pagar	(5.430)	742	
Obrigações tributárias	24.203	(2.676)	
Dividendos a pagar	-	(134.924)	
Provisão p/ riscos trib., cíveis e trabalh. - pagas	(3.808)	(2.986)	
Vendas para entregas futuras	(15.664)	(7.398)	
Repassse para garantia estendida	(18.044)	(2.474)	
Outros passivos operacionais	(1.764)	(13.229)	
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>443.088</b>	<b>(227.601)</b>	
Pagamento de juros de passivo de arrend.	(9.704)	(5.660)	
Pagamento de juros de aluguéis	(280)	(19)	
Pagamento de imposto de renda e contrib. social	(28.411)	(54.051)	
<b>Caixa líquido Gerado-Atividades Operacionais</b>	<b>404.693</b>	<b>(287.503)</b>	
Compra (venda) de ações em investidas	(4.100)	(0)	
Adições ao imobilizado	(78.139)	(60.044)	
Adições ao intangível	(2.495)	(435)	
<b>Caixa Líq. Aplicado nas Atividades de Invest.</b>	<b>(84.734)</b>	<b>(60.479)</b>	
Dividendos pagos	(17.358)	(29.441)	
Captação de risco sacado	1.328.690	1.509.200	
Risco sacado pago	(1.607.752)	(1.190.125)	
Juros sobre risco sacado pago	(68.490)	(28.331)	
Pagamento de arrend. mercantil financeiro	(35.446)	(17.082)	
Captação de empréstimos e financiamentos	270.000	119.978	
Empréstimos e Financ. - principal e juros pagos	(127.422)	(18.097)	
<b>Caixa líq. gerado (consumido) p/ ativ. de financ.</b>	<b>(257.778)</b>	<b>346.102</b>	
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>62.181</b>	<b>(1.880)</b>	
Saldo inicial	69.487	7.306	
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equiv. de Caixa</b>	<b>62.181</b>	<b>(1.880)</b>	

